

HABEAS CORPUS Nº 501.266 - SP (2019/0088739-3)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
GABRIEL MACHADO MAGLIO - SP224557
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : G M C J (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de G M C J contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo proferido na Apelação n.º 0071626-70.2016.8.26.0050.

Consta dos autos que o Paciente foi condenado, como incurso nos arts. 213, *caput*, e 157, *caput*, na forma do art. 69, todos do Código Penal, ao cumprimento de 15 (quinze) anos, 5 (cinco) meses e 10 (dez) dias de reclusão, no regime inicial fechado, mais o pagamento de 12 (doze) dias-multa (fls. 20-40).

Irresignada a Defesa interpôs recurso de apelação, ao qual o Tribunal de origem negou provimento (fls. 10-19).

No presente *writ*, alega a Impetrante que "[a] *confissão* [...] *não pode ser ignorada, pois demonstra senso de arrependimento e vontade de colaboração com a Justiça, devendo, portanto, ser considerada para fins de redução das penas fixadas*" (fl. 5).

Aduz que "*não há como se admitir que a reincidência do paciente seja considerada como circunstância preponderante em relação à atenuante da confissão espontânea*" (fl. 7).

Requer, liminarmente e no mérito, a aplicação da atenuante da confissão espontânea.

É o relatório.

Decido o pedido urgente.

No caso, em juízo de cognição sumária e prelibatória, não reputo configurado um dos requisitos para o deferimento da medida urgente requerida, pois a Impetrante não demonstrou a configuração do requisito do *periculum in mora* – ônus que compete à Defesa –, já que não esclareceu, concretamente, de que forma a concessão da

medida urgente refletiria na situação prisional do Paciente de forma a ampará-lo **imediatamente**, pois o eventual acolhimento do pedido, *prima facie*, não a alteraria, **notadamente diante da presença de circunstâncias judiciais desfavoráveis, da reincidência, bem como do quantum de pena imposta.**

Assim, o caso em análise não se enquadra nas hipóteses excepcionais passíveis de deferimento do pedido em caráter de urgência, por não veicular situação configuradora de abuso de poder ou de manifesta ilegalidade sanável no presente juízo perfunctório, devendo a controvérsia ser decidida após a tramitação completa do feito.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido liminar.

Devidamente instruídos os autos, dispenso o pedido de informações.

Ouçá-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de abril de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora